Seminário Permanente

CIDADES Junâmicas locais, fluxos globais

8 ABR 2019 15h00 ISCTE-IUL Sala AA.229 ENTRADA LIVRE

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO Sarita Mota (CIES-IUL) Claudia Atallah (UFF)

ORGANIZAÇÃO
Grupo de Pesquisa História
Moderna e Contemporânea
(CIES-IUL)
Grupo de Pesquisa Justiças
e Impérios Ibéricos de Antigo
Regime (JIIAR/UFF)

CIES SIUL

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO

E ESTUDOS DE SOCIOCOGO

Instituto Universitário de Lisboa









José Subtil

Conferência

Antes da revolução, o novo regime sobre a propriedade: soberania, liberdade e regulação (1758-1775).

O regime de propriedade é um dos signos mais poderosos para definir o modelo político de um determinado Estado e foi o mais emblemático para as revoluções liberais. Aconteceu em Portugal a partir, sobretudo, da legislação de Mouzinho da Silveira. Todavia, esta mudança radicou na reforma josefina-pombalina. Contam-se, entre outros, o diploma de 12 de maio de 1758, que admitia o rateio de terrenos e prédios, o expediente das adjudicações e anexações, antecipando a desamortização dos vínculos insignificantes (morgados, capelas e legados pios), a expropriação e proibição da posse de bens de raiz por parte da Igreja e corpos de mão morta e a concentração alodial (adjudicação e anexação de bens). A regulação dos testamentos, heranças e doações, a décima e a sisa (25 de junho de 1766, 23 de julho de 1766, 14 de outubro de 1766, 4 de julho de 1768, 12 de maio de 1769, 9 de setembro de 1769, 23 de novembro de 1770, 9 de julho de 1773, 14 de outubro de 1773, 1 de agosto de 1774 e 25 de janeiro de 1775). Com esta palestra pretende-se evidenciar a natureza desta reforma, sua aplicabilidade e consequências, desde logo para a cidade de Lisboa.

Lic. em História (FL da UL), Mestre, Doutor e Agregado em História (FCSH da UNL). Prof. Coordenador com Agregação no IPVC. Prof. Catedrático da UAL onde foi Presidente eleito do Conselho Científico (2010-2016). Exerceu vários cargos públicos: Secretário Adjunto do MF, vogal CRRANTT, vogal Direção INAFOP, entre outros. Nas publicações individuais destaca-se O Desembargo do Paço (1750-1833); O Ministério das Finanças (1801-1996); A Câmara de Viana do Minho (1750-1834); O Terramoto Político (1755-1759); Dicionário dos Desembargadores; Actores, Territórios e Redes de Poder, Entre o Antigo Regime e o Liberalismo. Colaborações nos vols. III e IV da História de Portugal, José Mattoso, 1993-95; História da Universidade em Portugal, 1997; História Económica de Portugal; Dos Secretários e Estado dos Negócios da Fazenda aos Ministros das Finanças,; O Terramoto de 1755. Impactos Históricos, Livros Horizonte; História e Ciência da Catástrofe; O Brasil Colonial, Civilização; Vidas por el Derecho, Universidad; Do Império ao Estado, Morfologias do Sistema Internacional; As Formas do Direito: Ordem, Razão e Decisão, Curitiba. Foi coordenador do Dicionário Jornalístico Português de Xavier da Silva Pereira. Orientou várias dissertações e teses. Tem dezenas de artigos. Recebeu o Prémio de Mérito Académico da Fundação Fernão de Magalhães e 5 louvores.